*Artigo

A FARRA DOS FUNDOS

Finalmente a Assembleia Legislativa oferece algo de produtivo à sociedade, explicando como funciona o fracionamento do orçamento do estado, por meio da criação de fundos especiais. É a explicação para o "excesso de arrecadação" que se verifica em determinados períodos do ano, cujo dinheiro é repassado ao Tribunal de Justiça, Ministério Público e aos próprios deputados (Assembleia Legislativa).

Por essa razão falta remédio no posto de saúde e merenda na escola, que não fazem jus ao "excesso de arrecadação".

Pois bem. Em 2013 os deputados criaram uma Câmara Temática dos Fundos Especiais, formado por técnicos de todas as esferas de governo, e o fizeram por meio do Ato nº 15/2013, atendendo ao requerimento do deputado estadual José Domingos Fraga. O objetivo era estudar e discutir a constituição e a natureza dos Fundos Especiais, bem como a correta aplicação desses recursos.

O relatório publicado não é conclusivo, mas traz informações interessantes.

O emaranhado de normas aplicáveis às questões financeiras e tributárias criou uma anomalia: o dinheiro repassado aos poderes é calculado sobre recurso que eles já detém.

Em miúdos: pensemos que o Estado de Mato Grosso receba R$ 100,00 de tributos em determinado período, o Tribunal de Justiça receba R$ 50,00 por meio do Funajuris (custas judiciais, recolhidas na distribuição dos processos) e o Tribunal de Contas receba outros R$ 50,00 no Fundo de Reaparelhamento e Modernização (multas aplicadas).

Pois bem: o Governo terá que repassar aos poderes uma parcela calculada sobre R$ 200,00 (e não somente sobre os R$ 100,00 que recebeu), de modo que o Judiciário (o Ministério Público também) e o Tribunal de Contas receberão repasse calculado sobre recursos que já são seus.

É por isso que você vê magistrados, promotores e conselheiros habitando gabinetes suntuosos e refrigerados, e a escola de seu filho e o hospital público sucateados. O recurso dos tributos são mal distribuídos, e categorias profissionais como professores e policiais acabam recebendo salários minúsculos, que destoam de sua importância na sociedade.

De acordo com as regras em vigor, durante a execução orçamentária os repasses de recursos aos poderes devem obedecer aos limites percentuais da receita corrente líquida, fixados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 6% ao Tribunal de Justiça, de 1,77% à Assembleia Legislativa, 1,23% ao Tribunal de Contas e 2% à Procuradoria-Geral de Justiça.

Atualmente a Lei 9.970/2013 legisla sobre a referida vinculação (artigo 18).

O montante financeiro que é repassado aos deputados, tribunal de justiça, tribunal de contas e ministério público, é calculado sobre a "receita corrente líquida".

Por receita corrente líquida entende-se o somatório das receitas tributárias de um Governo, referentes a contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias e de serviços, deduzidos os valores das transferências constitucionais.

A fórmula de cálculo é demonstrada no anexo III do relatório resumido da execução orçamentária (LRF, art. 53, I), de modo simplificado a Receita Corrente Líquida seria: tributos + contribuições + receita patrimonial + agropecuária + industrial + serviços + transferências correntes + outras receitas correntes.

Do resultado da soma seriam deduzidas: as transferências constitucionais e legais; contribuição de empregadores e trabalhadores para seguridade social; contribuição para o plano de previdência do servidor; contribuição para o custeio das pensões militares; compensação financeira entre regimes de previdência; dedução de receita para formação do FUNDEB, e contribuições para PIS e PASEP.

O resultado da subtração seria a Receita Corrente Líquida.

O "pulo do gato" em nosso Estado foi a inclusão dos fundos no cálculo da RCL, e a não dedução deste quando calculado o repasse obrigatório. O assunto chegou a ser discutido na campanha eleitoral de 2014, embora de maneira rasa, os candidatos não queriam "se comprometer" com juízes e promotores (só os deputados foram achincalhados pelo tal "excesso de arrecadação").

Não é segredo a ninguém que o país vive abalos econômicos, as receitas públicas diminuem, o governo estadual retirou direitos legítimos de policiais e professores, e esta questão dos fundos especiais precisa ser debatida.

No ultimo do ano de 2014 o Diário Oficial trouxe um "pacote de bondades" para o Judiciário. Verba indenizatória para pregoeiros e membros de comissão de licitação (Lei nº 10.251, de 31/12/2014), auxílio-alimentação para juízes (Lei nº 10.252/2014), auxílio-saúde a servidores ativos e inativos (Lei nº Lei nº 10.253/2014). É evidente que o Funajuris será chamado a pagar tais benefícios.

O Tribunal de Contas, por seu turno, retira também de um fundo, o de Reaparelhamento e Modernização, recursos financeiros para quitar a verba indenizatória, no valor de R$ 30.000,00 ao mês para os seus conselheiros titulares e substitutos.

Até quando o orçamento suporta esta sangria?

Antonio Cavalcante Filho e Vilson Nery são ativistas do MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral em Mato Grosso.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.120/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Flor do Cerrado é tema do Carnaval

A folia carnavalesca de Diamantino, que ocorrerá de 13 a 17 de fevereiro, terá uma temática ambientalmente correta. A decoração do Carnaval de rua homenageará o cerrado mato-grossense, o segundo maior bioma da América do Sul, que ocupa uma área de 2.036.448 km2, cerca de 22% do território nacional. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial aquífero e favorece a sua biodiversidade.

Toda essa proeminência natural será retratada na avenida JPF Mendes, em frente à Prefeitura Municipal de Diamantino. Tradicional no município, o Carnaval diamantinense é conhecido em todo o Estado e boa parte do país devido ao charme da decoração e a alegria dos foliões. "Nossa festa todos os anos invoca o turismo e sempre homenageia o país, amamos nosso Brasil e sua biodiversidade, assim sempre colocamos brasilidade na avenida", destacou o prefeito Juviano Lincoln.

Educação Indígena

A Unemat abrirá mais duas turmas de Pedagogia Intercultural no campus de Barra do Bugres. A notícia foi anunciada pela reitora da Unemat, professora Ana Di Renzo, durante a reunião com representantes dos acadêmicos indígenas, no campus universitário de Barra do Bugres, para discutir os rumos da Educação Indígena na Instituição.

Fortalecimento

A nova gestão da Unemat pretende fortalecer a Educação Indígena e para isto conta com a parceria do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor). Ana Di Renzo ainda se comprometeu em institucionalizar junto ao campus de Barra do Bugres a Faculdade Intercultural Indígena, que é um pleito antigo dos indígenas.

Reivindicações

Durante o encontro o presidente do Conselho Indígena, Filadélfio de Oliveira Neto, da etnia Umutina, entregou à Di Renzo um documento com inúmeras reivindicações que eles gostariam que também chegassem às mãos do governador Pedro Taques. Eles frisaram a cobrança dos alojamentos e as melhorias da infraestrutura física.

Mais

A pedido da reitora será formada uma comissão com a participação de três caciques, três acadêmicos indígenas, um professor da Unemat do campus e o diretor de Gestão e Educação Indígena, professor Adailton Alves de Souza para acompanhar as demandas do ensino indígena como a regularização do terreno doado pela Escola Agrícola e reforma do prédio.

*Bastidores da Política

Reunião

O prefeito Fábio Junqueira participou ontem de uma reunião no Gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores de Tangará da Serra para discutir projetos de autoria do Executivo Municipal, porém, o assunto mais importante foi a discussão e destinação do duodécimo do Legislativo Municipal devolvido a Prefeitura.

Destinação correta

No valor total de 1,9 milhão, os vereadores pediram que o valor devolvido seja investido na aquisição de materiais a fim de equipar o Hospital Municipal, que será construído com recursos próprios, mas necessita ser estruturado internamente com equipamentos para atendimentos dos pacientes e móveis em todas as repartições.

Pedido aceito

"Aceitei essa indicação de bom grado (...) A devolução dessa quantia pela Câmara será muito útil, pois todos sabem que equipamentos hospitalares são muito caros (...) iremos atender esse pedido do legislativo que assim como eu tem se preocupado muito com as questões de saúde de Tangará", destacou Junqueira.

Recadastramento

Após a demissão de 858 servidores comissionados, a AL/MT vai iniciar o processo de recadastramento dos funcionários. Guilherme Maluf explicou que a medida é necessária para que a Mesa Diretora conheça o quadro funcional, e adiantou que todos os casos serão avaliados de forma separada para que os servidores sejam readmitidos.

Trabalho interno

E para organizar internamente a casa – gabinetes e levantamento sobre a situação financeira do Poder Legislativo e do quadro funcional que será elaborado pela Comissão Temporária de Reforma Administrativa, juntamente com a Procuradoria da Casa de Leis – as sessões plenárias e o atendimento à população estão suspensos.

Folha pagamento

O custo com a folha de pagamento da AL, atualmente, é de R$ 10 milhões e com a redução o desembolso pode cair para R$ 7 milhões. "Como há suspeitas de super-salários e servidores fantasmas, a Mesa Diretora entendeu que deveria ser feita a demissão dos comissionados, em seguida uma comissão para fazer o recadastramento e o levantamento de quem são esses funcionários".

Terrorismo

O presidente da Casa de Leis descartou o terrorismo e lembrou que as medidas são necessárias. "Não há temor e nem terrorismo feito pela Mesa Diretora. É um procedimento que precisamos tomar, temos que ver se os salários dos comissionados estão compatíveis com o cargo em que exercem, se não há exorbitância".

AL Itinerante

Maluf também revelou que os deputados estudam levar a AL ao interior. "O Poder Legislativo produz muito, mas as ações são desconhecidas nas cidades do interior (...) Queremos criar mecanismo para ter a Assembleia Itinerante, para levar os 24 parlamentares para algumas cidades como Cáceres, Sinop, Tangará da Serra, Rondonópolis, Alta Floresta".

Obra do VLT de Cuiabá foi tocada sem projeto desde o início, diz governo

Ilustração: Reinaldo Netto

O Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), a construção de mobilidade urbana mais cara da história da Grande Cuiabá, não tem projeto executivo total da obra, nem cronograma, nem projeto de desapropriações de área completo e apresenta problemas na qualidade no que foi executado até agora. Também existe incerteza em relação ao valor da tarifa que, conforme estudos preliminares, poderá custar entre R$ 6 e R$ 10.

Os problemas apresentados eram de conhecimento tanto do governo passado quanto das construtoras responsáveis, mas nada foi feito para resolvê-los. O diagnóstico foi apresentado nesta segunda-feira pelo governo do estado, durante audiência pública realizada no Centro de Eventos do Pantanal, na capital.

A obra do VLT começou a ser executada em junho de 2012 e deve demorar, pelo menos, mais dois anos para ficar pronta.